



**ANÁLISE DO PROJETO DE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL -
PLOA 2014
E OS RECURSOS DESTINADOS AO
MINISTÉRIO DA SAÚDE**

Brasília, 20 de novembro de 2013

SUMÁRIO

Apresentação	3
PARTE 1: Projeto de Lei Orçamentária Anual 2014 – (PLOA) / Orçamento do Ministério da Saúde 2014	4
PARTE 2: Ações que necessitam incremento de recursos no PLOA 2014 / Orçamento do Ministério da Saúde 2014.....	14
2 . 1 . Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	15
2 . 2 . Atenção Primária à Saúde	18
2 . 3 . Medicamentos:	20
2 . 3 . 1. Assistência Farmacêutica no Componente Especializado.....	20
2 . 3 . 2. Assistência Farmacêutica na Atenção Básica em Saúde.....	22
2 . 4 . Vigilância Sanitária	24
Conclusão.....	27
Anexo.....	28

APRESENTAÇÃO

Repolitizar a questão da saúde e debater o financiamento do Sistema Único de Saúde com a sociedade brasileira são ações propostas pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) que tem procurado exercê-las no seu cotidiano através das suas publicações, fóruns de discussões e quaisquer outras iniciativas que contribuam para essas reflexões.

Esta é uma análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual/2014 (PLOA 2014) enviado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional focando os recursos destinados ao Ministério da Saúde.

Apesar do Ministério da Saúde ter sido contemplado com a segunda maior dotação orçamentária para o ano de 2014, em comparação aos demais Ministérios, observa-se que os recursos são insuficientes para atender toda a demanda / necessidade da população brasileira. **É necessária a ampliação dos recursos para área da saúde.**

PARTE 1- PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014 – (PLOA) / ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 2014

Este texto foi preparado a partir do Projeto de Lei Orçamentária Anual, para o ano de 2014 (PLOA 2014), elaborado pelo Poder Executivo e enviado, no final de agosto, para apreciação do Poder Legislativo, bem como, a Lei 12.798 de 4 de abril de 2013 (LOA 2013) e documentos da Secretaria de Planejamento e Orçamento/SE/MS (SPO) apresentados ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Relatórios do Congresso Nacional.

O Projeto de Lei estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2014 em R\$ 2.467.589.444.955,00, sendo que desse total, R\$ 654.746.947.069,00, referem-se ao refinanciamento da dívida pública federal. Restam R\$ 1.812.842.497.886,00 divididos em: I - Orçamento Fiscal, II - Orçamento da Seguridade Social e III - Orçamento de Investimento (Tabela 1).

Tabela 1: Estimativa da Receita e Fixação da Despesa da União – PLOA 2014. (R\$ Bilhões)

Descrição	Receita	Despesa
A. Orçamento Total	2.467,59	2.467,59
B. Refinanciamento da Dívida Pública Federal	654,75	654,75
C. Orçamento Efetivo = (A – B)	1.812,84	1.812,84
D. Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	105,61	105,61
E. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social =(C – D)	1.707,24	1.707,24
E. 1. Orçamento Fiscal	1.066,25	1.000,55
E. 2. Orçamento da Seguridade Social	640,99	706,68

Fonte: Texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA 2014)

O orçamento total, R\$ 2.467,59 bilhões, previsto para 2014 é 8,39% maior que a LOA 2013 e o orçamento efetivo de R\$ 1.812,84 é 8,78% maior.

O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto é de R\$ 105,61 bilhões e diminuiu 4,52% em relação à LOA 2013.

O valor de R\$ 1.707,24 bilhões referente a receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, excluído o refinanciamento da dívida pública federal, é 9,73% e 11,57% maior que a LOA 2013 e o PLOA 2013, respectivamente.

Na Tabela 2 verificamos o comportamento da distribuição da despesa comparando a Lei 12.798 de 04 de abril de 2013 e o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014, onde o refinanciamento da dívida e o orçamento de investimento das empresas estatais são responsáveis, respectivamente, por 26,53% e 4,28% do total das despesas e o orçamento de investimento das empresas estatais é menor que sua participação na LOA 2013.

Tabela 2: Distribuição das Despesas da União – PLOA 2014 e LOA 2013 (Em R\$ Bilhões)

Descrição	LOA 2013		PLOA 2014		Variação %
	Valor	%	Valor	%	
Orçamento Fiscal	905,19	39,76	1.000,55	40,55	10,54
Orçamento da Seguridade Social	650,66	28,58	706,68	28,64	8,61
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	110,61	4,86	105,61	4,28	-4,52
Orçamento Efetivo	1.666,45	73,20	1.812,84	73,47	8,78
Refinanciamento da Dívida Pública Federal	610,07	26,80	654,75	26,53	7,32
Orçamento Total	2.276,52	100,00	2.467,59	100,00	8,39

Fonte: Texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA 2014) e Lei 12.798 de 04/04/2013 (LOA 2013)

Houve aumento de 10,54% e 8,61% nas despesas com o orçamento fiscal e da seguridade social, respectivamente, constatamos que aumentou a participação desses itens no total das despesas comparando a LOA 2013.

A alocação dos recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social entre os poderes é apresentada na Tabela 3. Essa tabela traz ainda o item “Outros Encargos”, correspondendo a 56,56% do total, composto, em sua maior parte, pelos recursos destinados aos encargos financeiros da União, transferência a estados, Distrito Federal



e municípios, operações oficiais de crédito, refinanciamento da dívida pública mobiliária federal e reserva de contingência. Esse item aumentou a participação no total das despesas comparado a LOA 2013 (55,66%).

Tabela 3: Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Poder no PLOA 2014

Poder	Valor (Em R\$ Milhões)	%
Legislativo	10.261,52	0,43
Judiciário	34.458,73	1,46
Executivo	981.221,93	41,54
Outros Encargos*	1.336.042,17	56,56
Total	2.361.984,35	100,00

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014(PLOA 2014) - Volume I, Anexo II - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão Orçamentário.

** Inclui Encargos Financeiros da União, Transf. Est., DF e Municípios, Operações Oficiais de Crédito, Ref. Dív. Pública Mob. Federal e Reserva de Contingência.*

Para o Poder Executivo foram previstas despesas no montante de R\$981.221.928.017,00 ou 41,54% dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Tabela 3). Do total reservado ao Poder Executivo coube ao Ministério da Saúde – MS, **R\$ 100.300.212.518,00** ou 10,22% (Tabela 4).

Isso torna o MS o segundo órgão em volume de recursos, mesma posição ocupada em 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, atrás apenas do Ministério da Previdência Social, mas teve um **aumento de R\$1.027.862.355,00**, em relação à Lei Orçamentária Anual de 2013, que representa **1,04%** de incremento ou diminuição **R\$ 623.954.161,00 (0,62%)**, se considerarmos os créditos suplementares até 02 de novembro de 2013, pois o valor do orçamento já está em **R\$100.924.166.679,00**.

Vale lembrar que existem no orçamento do MS despesas que não são classificadas como “ações e serviços públicos de saúde”, portanto não são consideradas para fins de cálculo do piso constitucional da saúde. Por exemplo: farmácia popular com copagamento, resíduos sólidos, abastecimento de água, esgotamento sanitário, assistência médica a servidores, inativos, entre outras.



Tabela 4: Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o Poder Executivo por órgão, segundo a ordem decrescente de recursos, PLOA 2014.

Órgão	Valor Em R\$ Milhões	%
Ministério da Previdência Social	401.479,38	40,92
Ministério da Saúde	100.300,21	10,22
Ministério da Educação	92.442,60	9,42
Ministério da Defesa	72.888,82	7,43
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	68.476,17	6,98
Ministério do Trabalho e Emprego	67.980,18	6,93
Ministério da Fazenda	25.939,78	2,64
Ministério das Cidades	24.148,79	2,46
Ministério dos Transportes	20.765,62	2,12
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	19.172,23	1,95
Ministério da Justiça	11.739,52	1,20
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	9.686,11	0,99
Ministério das Comunicações	9.573,80	0,98
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	9.327,93	0,95
Ministério da Integração Nacional	8.450,02	0,86
Ministério Público da União	4.753,80	0,48
Ministério de Minas e Energia	4.650,64	0,47
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4.613,33	0,47
Secretaria de Aviação Civil	3.722,68	0,38
Ministério do Meio Ambiente	2.876,02	0,29
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2.766,83	0,28
Advocacia-Geral da União	2.619,54	0,27
Ministério da Cultura	2.593,34	0,26
Ministério das Relações Exteriores	2.344,78	0,24
Presidência da República	2.074,64	0,21
Ministério do Esporte	1.574,71	0,16
Secretaria de Portos	1.275,91	0,13
Controladoria-Geral da União	810,49	0,08
Ministério do Turismo	676,63	0,07
Secretaria de Assuntos Estratégicos	339,57	0,03
Defensoria Pública da União	311,34	0,03
Ministério da Pesca e Aquicultura	281,63	0,03
Secretaria de Direitos Humanos	230,82	0,02
Secretaria de Políticas para as Mulheres	140,80	0,01
Conselho Nacional do Ministério Público	83,37	0,01
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	61,15	0,01
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	38,48	0,00
Gabinete da Vice-Presidência da República	10,27	0,00
TOTAL – EXECUTIVO	971.888,87	100,00

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA 2014) - Volume I, Anexo II - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão Orçamentário

1.1. O ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

O Ministério da Saúde receberá dotação de **R\$ 100.300.212.518,00** em 2014, que representam 14,19% do Orçamento da Seguridade Social da União (OSS). Desse valor, **R\$ 90.105.680.000,00 deverão ser despendidos efetivamente em ações e serviços de saúde** (12,75% do OSS).

Comparando-se o valor programado no PLOA/2014 com a LOA 2013, (R\$99.272,35 milhões), verifica-se incremento nominal de 1,04% no **orçamento global** do Ministério, muito abaixo da inflação (medida pelo IPCA acumulado) prevista para 2013 (5,7%) e do crescimento do PIB projetado para 2013 (3,0%). Inclusive, se acrescentarmos à Lei os créditos orçamentários concedidos nesse exercício, até setembro, ao MS (R\$100.330,21 milhões) nota-se que o valor alocado no PLOA/2014, é o mesmo que em 2013.

Se analisarmos os recursos destinados às **ações e serviços de saúde** comparando-se o valor programado no PLOA/2014 (R\$ 90.105,68 milhões) com o da LOA 2013 acrescido dos créditos orçamentários concedidos ao MS nesse exercício, até setembro, (R\$ 90.266,83 milhões) verifica-se que o valor autorizado para 2013 é maior que o alocado em 2014.

Entretanto em relação ao **cumprimento da Emenda Constitucional 29/2000** temos que aplicar a variação nominal do PIB apurado (8,42%) sobre a base de cálculo pretérita (valor aplicado em 2013). O valor mínimo previsto para 2013 (que é base de cálculo para 2014) é da ordem de R\$ 83,1 bilhões, portanto, para 2014 são necessários R\$ 90,1 bilhões e no PLOA está previsto R\$ 90,1 bilhões, **portanto o MS cumpre a Emenda Constitucional 29/2000 no PLOA 2014, apesar de não alocar recursos novos quando comparado ao autorizado em 2013.**

Para financiamento de sua despesa o Ministério da Saúde tem utilizado principalmente recursos das contribuições sociais. Para o orçamento de 2014 essa situação não é diferente, apesar da perda de fonte específica para a saúde com a extinção da

Contribuição Provisória de Movimentação Financeira - CPMF aos 31.12.2007. As contribuições sociais são responsáveis por 94,87% dos recursos previstos, destacando-se a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, participando com 58,74%, seguida da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas, com 36,12% do total. Para 2014, não está prevista a alocação de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – Fonte 179. (Tabela 5)

Tabela 5: PLOA 2014, por Fonte de Recursos - Ministério da Saúde.

Fonte de Recursos	Valor em R\$ Milhões	%
153 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	58.916,70	58,74
151 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas - CSLL	36.228,03	36,12
118 Contribuições sobre Concursos de Prognósticos	8,59	0,01
Sub-Total	95.153,32	94,87
186 Outras Receitas Vinculadas	3.891,36	3,88
174 Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	498,42	0,50
148 Operações de Crédito Externas - em Moeda	248,00	0,25
143 Tít.Resp.T.N.-Ref.Div.Mob.Fed.	217,71	0,22
250 Recursos Próprios Não-Financeiros	109,80	0,11
100 Recursos Ordinários	92,43	0,09
150 Recursos Próprios Não-Financeiros	54,25	0,05
280 Recursos Próprios Financeiros	26,74	0,03
144 Tít.Resp.Tes.Nac - Out. Aplic.	5,02	0,01
281 Rec. de Convênios	3,17	0,00
Total	100.300,21	100,00

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA 2014) - Volume IV - MS/Quadro Síntese

A distribuição dos recursos pelas unidades orçamentárias do Ministério da Saúde é apresentada na Tabela 6. O Fundo Nacional de Saúde – FNS abrange 91,47% dos recursos, seguido da FUNASA com 3,90%. A FUNASA foi a única unidade orçamentária que teve sua dotação diminuída.

Tabela 6: Projeto de Lei Orçamentária 2014, Por Unidade Orçamentária e Grupo de Despesa - (Em R\$ Milhões)

Unidades	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Juros e Encargos da Dívida, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida	Total	Distribuição %
Fundo Nacional de Saúde	12.131,40	75.547,31	3.741,47	322,73	91.742,91	91,47
FUNASA	2.370,61	487,71	1.054,60	0,00	3.912,92	3,90
FIOCRUZ	993,26	1.266,13	519,05	0,00	2.778,44	2,77
CONCEIÇÃO	782,99	70,74	18,20	0,00	871,93	0,87
ANVISA	434,23	284,62	26,87	0,00	745,72	0,74
ANS	116,93	122,90	8,46	0,00	248,29	0,25
Total do Orgão - MS	16.829,41	77.779,41	5.368,66	322,73	100.300,21	100,00
Distribuição %	16,78	77,55	5,35	0,32	100,00	

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA 2014) - Volume IV - MS/Quadro Síntese

Quanto à alocação pelos Grupos de Despesa os recursos destinados a Outras Despesas Correntes (ODC), são 77,55% do total seguido de pessoal e encargos sociais (16,78%). Dos R\$ 16.829.408.015,00 destinados à pessoal e encargos sociais, R\$9.621.668.423,00 são para despesas com pessoal ativo e R\$7.207.739.592 pessoal inativo. Esse grupo de despesa teve um crescimento de 10,01% em relação a LOA 2013 e Outras Despesas Correntes (ODC), de 5,03%. Os recursos de Investimento estão alocados em todas as Unidades do MS e representam 5,35% do total, sendo que o Fundo Nacional de Saúde e a FUNASA apresentam os maiores valores do total previsto para essa finalidade.

1 . 2 . OS PRINCIPAIS ITENS DE DESPESA

No orçamento do MS para 2013 existem 10 programas para o de 2012 houve a inclusão de mais dois ficando com **12 programas** e em dois deles concentram-se 89,32% (R\$ 89.586.850.084,00) do volume de recursos. Na Tabela 7 observamos que estão alocados no programa **Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**, 78,21%, e nos outros onze 21,79%.

Tabela 7: Programas com maior volume de recursos do Ministério da Saúde, da PLOA 2014.

Programas	Dotação (Em R\$ 1,00)	%	% acumulado
2015 Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	78.444.636.236	78,21	78,21
2115 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde	11.142.213.848	11,11	89,32
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União	7.204.251.692	7,18	96,50
2065 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	1.093.000.000	1,09	97,59
2068 Saneamento Básico	1.020.500.000	1,02	98,61
2055 Desenvolvimento Produtivo	544.860.000	0,54	99,15
0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	442.700.946	0,44	99,59
0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	222.729.681	0,22	99,82
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	88.940.115	0,09	99,90
0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais	40.280.000	0,04	99,94
2069 Segurança Alimentar e Nutricional	38.600.000	0,04	99,98
2067 Resíduos Sólidos	17.500.000	0,02	100,00
Total dos 12 programas	100.300.212.518	100,00	

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA 2014) – Volume IV

No programa **Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde**, estão alocados os recursos para assistência de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC e FAEC), atendimento assistencial básico (PAB fixo e variável), saúde bucal, alimentação e nutrição, saúde mental, redes de atenção assistência farmacêutica e insumos estratégicos (básico, especializado, estratégicos, para tratamento dos portadores de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, programa farmácia popular (sistema de gratuidade e de co-pagamento), vigilância em saúde, sanitária, saúde ambiental, construção e ampliação de UBS e UPA, força nacional de saúde e tecnologia de informação e comunicação para a saúde, entre outros.

A Tabela 8 apresenta as quinze **ações** do MS quanto ao volume de recursos. Essas principais ações selecionadas no orçamento do MS para 2014 são responsáveis por 85,38% do volume de recursos, totalizando R\$ 85.641.259.881,00.

Pode-se observar a grande concentração de recursos na ação 8585 - **Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade** que detém 36,19% (R\$ 36,30 bilhões) do total de recursos do orçamento do MS e teve um incremento de 1,94% em relação à LOA 2013 e de 1,93% se adicionada os créditos suplementares até 28 de setembro.

Os Pisos de Atenção Básica Fixo e Variável perfazem um total de R\$ 16,460 bilhões, que correspondem a 16,41% dos recursos e um **incremento** de **12,30%** em relação à LOA 2013 e de 13,42% se considerarmos os débitos ocorridos.

Quando analisado separadamente o **Piso de Atenção Básica Fixo** detém 5,27% (R\$5,287 bilhões) do total de recursos do orçamento do MS e teve um acréscimo de **1,28%** em relação à LOA 2013 e um acréscimo de 4,17% se considerarmos a dotação atualizada. O **Piso de Atenção Básica Variável** detém 11,14% (R\$ 11,173 bilhões) do total de recursos do orçamento do MS e teve um incremento de **18,39%** em relação à LOA 2013.

Na ação 4705 - Apoio para aquisição e distribuição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (expcionais) foi alocado R\$ 4,9 bilhões, que corresponde a 4,89% dos recursos e houve incremento da ordem de **9,07 %** em relação à LOA 2013 e de **2,56%** se adicionado os créditos suplementares até 2 de novembro.

Na Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde, R\$ 1,3 bilhões (1,30% dos recursos), houve um **incremento** nos recursos da ordem de **6,63%** em relação à LOA 2013 se adicionado os créditos suplementares até 28 de setembro.



Em relação à LOA 2013, houve um **decréscimo** de **10,43%** da ação **Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde** (1,69% dos recursos).

Na ação 20AB - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de **Ações de Vigilância Sanitária** foi alocado R\$ 185,0 milhões, que corresponde a 0,18% dos recursos e houve **incremento** da ordem de **0,06 %** em relação à LOA 2013.

Tabela 8: Ações Selecionadas do Ministério da Saúde, PLOA 2014. (Em R\$ Milhões)

	Ação	Dotação	%
8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	36.300.000.000	36,19
20AD	Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	11.173.500.000	11,14
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	7.799.288.405	7,78
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	7.204.251.692	7,18
8577	Piso de Atenção Básica Fixo	5.287.000.000	5,27
4705	Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	4.900.000.000	4,89
20YE	Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	2.088.000.000	2,08
20YR	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	1.729.750.000	1,72
20AL	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	1.700.000.000	1,69
12L5	Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS	1.678.800.000	1,67
20AE	Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	1.300.000.000	1,30
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.298.637.740	1,29
20YD	Educação e Formação em Saúde	1.209.145.000	1,21
20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Índigena	1.033.000.000	1,03
20YS	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento	939.887.044	0,94
Total das 15 Ações Selecionadas		85.641.259.881,00	85,38
Total das 133 ações		100.300.212.518,00	100,00

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA 2014) – Volume IV

No **Anexo** listamos as ações que tiveram seu valor alocado no PLOA 2014 menor (37) ou igual (20) aos recursos já definidos na LOA 2013 acrescido dos créditos suplementares até 02/11/2013.



PARTE 2: AÇÕES QUE NECESSITAM INCREMENTO DE RECURSOS NO ORÇAMENTO/2014 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde ao analisar a proposta orçamentária do Ministério da Saúde para 2014 vem manifestar especial preocupação quanto aos recursos previstos para algumas ações.

Entende ser necessário ampliar os recursos orçamentários de 2014, para o Ministério da Saúde, com ênfase nas ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, atenção primária à saúde e aquisição de medicamentos básicos e de especialidade e Vigilância Sanitária.

O valor referente à média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar pode trazer significativas dificuldades para a oferta e ampliação dos atendimentos, não permitindo a implantação de novos serviços necessários à população. Além disso, o valor não possibilita a continuidade de implantação da estratégia para a redução das desigualdades regionais com implantação de novos serviços.

Em relação aos recursos previstos para a **Atenção Primária à Saúde**, entende-se ser necessária a **ampliação dos valores de transferência per capita**, atualmente variando de R\$ 23,00 a R\$ 28,00 habitante/ano para R\$ 30,00 habitante/ano, possibilitando um financiamento mais adequado nesse nível de atenção que é fundamental e estratégico para a organização do sistema de saúde nos 5.564 municípios.

Quanto ao recurso para **aquisição dos medicamentos do “excepcionais”** e para a **assistência farmacêutica e insumos estratégicos na atenção básica em saúde** o **valor é insuficiente** para fazer frente ao crescimento da demanda por esses medicamentos em 2014.

Em relação aos recursos previstos para a **Vigilância Sanitária**, entende-se ser necessária a **ampliação dos valores de transferência per capita**, desde 2007 em aproximadamente 0,87 quando somados estados e municípios para R\$ 1,80 habitante/ano, possibilitando um financiamento mais adequado para a fortalecimento da descentralização das ações de VISA que é basal para a proteção da saúde da população.

A seguir, apresentamos em detalhe a proposta de incremento de recursos nas ações acima citadas.

2.1 . MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR (MAC)

2.1.1 . PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014 / MS

Na Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA 2014) enviada ao Congresso Nacional, foram alocados recursos no valor de R\$ 36.300.000.000,00 para a **ação 8585** - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

Os recursos previstos representam um aumento mínimo de R\$ 686.173.545,00 (1,93%) em relação à dotação atualizada até setembro de 2013. Utilizando a população brasileira de 2013 (201.062.789 habitantes) esse valor equivale a um per capita de R\$ 180,44, significando acréscimo quando comparado ao valor per capita de 2013 de R\$ 177,13, entretanto é **insuficiente** para fazer frente aos limites financeiros anuais das unidades federadas publicados até **setembro de 2013**, incluindo o Fundo de Ações Estratégicas e Compensações - FAEC.

A Tabela 9 mostra os valores executados, a variação percentual e o *per capita* ano a ano.

**Tabela 9:** Execução/Alocação Orçamentária para Média e Alta Complexidade, Variação e *Per capita* - 2001 a 2014 (Em R\$ 1,00)

Ano (*)	Valor	Variação	Per capita
2001	10.897.795.212	----	63,22
2002	11.749.218.945	7,81	67,28
2003	13.253.642.093	12,80	74,93
2004	14.981.027.573	13,03	82,50
2005	15.958.632.853	6,53	86,64
2006	17.836.856.040	11,77	95,50
2007	20.351.952.137	14,10	110,60
2008	22.559.837.489	10,85	118,98
2009	24.902.184.223	10,38	130,03
2010	26.934.740.270	8,16	141,22
2011	30.226.317.299	12,22	157,12
2012	34.077.456.762	12,74	175,68
2013	35.613.826.455	4,51	177,13
2014	36.300.000.000	1,93	180,54

Fonte: Valor - 2001 a 2013 - relatório de execução orçamentária e financeira da CAA/CGOF/SPO/MS, PLOA 2014. População Residente - Brasil - IBGE 2001 a 2013 - Estimativas para o TCU.

(*) Nota: Anos de 2001 a 2012 - Valores Executados, 2013- Dotação Atualizada, até 28/09/2013, 2014 – Valor Alocado no PLOA 2014

2.1.2 . RECURSOS NECESSÁRIOS

Uma proposta de recursos necessários para a média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar tem que contemplar questões como os limites financeiros atuais, incluindo o Fundo de Ações Estratégicas e Compensações – FAEC, recursos para os serviços prestados sem cobertura financeira (estouro de teto), aumento na tabela de procedimentos e redução das desigualdades regionais incluindo recursos para novos serviços a serem implantados.

Analizando as informações do CPPAS/DRAC/SAS/MS e do DATASUS, os valores atuais já comprometidos dos limites financeiros das unidades federadas incluído o FAEC, são da ordem de R\$ **38.661.326.000,11**, em relação ao previsto no PLOA 2014 (R\$ **36.300.000.000,00**) apontam para a **inexistência de recursos** para garantir o **teto anual estimado com valores de setembro de 2013**.

Quanto às necessidades de mais recursos para 2014 é preciso **cobrir a extração dos limites financeiros das unidades federadas e do FAEC** apontado pelos estados que foi de R\$ 3.329.119.867,24.

Tabela 10: Informações consolidadas dos limites financeiros das unidades federadas em outubro/2013, incluindo FAEC e necessidade de recursos para extração desses limites e FAEC. (Em R\$ 1,00)

Limite Financeiro - Teto out/2014 + FAEC (a)	Estouro de Teto (informado pelas SES) (b)	Total (a+b)
38.661.326.000	3.329.119.867	41.990.445.867

Esclarecemos que **R\$ 5.690.445.867,35**, são necessários só para manter a situação atual sem incremento de serviços.

Considerando a necessidade de correção da tabela de procedimentos **SIA/SIH/SUS**, com base em 5,7% do IPCA relativo à projeção de meta de inflação para 2013 (R\$ 2.393.455.414,44) sobre os limites financeiros das unidades federadas incluído a extração dos limites financeiros das UF e do FAEC o valor total se eleva para R\$ 44.383.901.281,79.

Quanto ao item referente a **redução das desigualdades regionais** os valores estimados pela assessoria do CONASS identificou a necessidade de cerca de **R\$2.546.339.131,51** para que se obtenha uma equalização per capita médio de **R\$190,50 estimado com valores de setembro de 2013**.

Tabela 11: Incremento dos limites financeiros das unidades federadas em outubro/2013, com correção da tabela de procedimentos e necessidade de recursos para redução das desigualdades regionais. (Em R\$1,00)

Total Transposto da Tabela 10	Correção da tabela de procedimentos (5,7%)	Redução das desigualdades regionais	Total
41.990.445.867	2.393.455.414	2.546.339.132	46.930.240.413

Para finalizar temos que considerar a necessidade de implantação de novos serviços para aumentar o acesso da população, para tanto faz-se necessário prever para 2014 um aporte de pelo menos **R\$ 5.211.898.898,90** para esse fim, considerando os valores informados pelos estados.

Tabela 12: Incremento dos limites financeiros das unidades federadas em outubro/2013, com inclusão de novos serviços. (Em R\$1,00)

Total Transposto da Tabela 11	Inclusão de novos serviços	Total
46.930.240.413	5.211.898.899	52.142.139.312

Com base nos dados acima explicitados, em nosso entendimento, o montante destinado a ação 8585 - **Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade** precisa ser complementado em pelo menos **R\$15.842.139.312,19**, conforme tabela abaixo.

Tabela 13: Proposta CONASS para incremento de dotação orçamentária de 2014 para Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (R\$1,00)

Total Transposto da Tabela 12	Alocado no PLOA 2014	Diferença entre proposta do CONASS e PLOA 2014
52.142.139.312	36.300.000.000	15.842.139.312

2.2. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

2.2.1. PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA / MS - 2014

Na Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA 2014) enviada ao Congresso Nacional, foram alocados recursos no valor de R\$ 5.287.000.000,00 para a ação - 8577 – Piso de Atenção Básica Fixo. O incremento foi de 1,28% em relação à LOA 2013. Como esses recursos são repassados com base per capita, fundo a fundo, e utilizando-se a população brasileira de 2013 (201.062,789 habitantes) e considerando que o per capita varia de R\$ 23,00 a R\$ 28,00, conclui-se que existe margem para um pequeno incremento.

A Tabela 14 mostra os valores executados, a variação percentual e o *per capita* ano a ano.

Tabela 14: Execução/Alocação Orçamentária para PAB Fixo, variação e *Per capita* - 2001 a 2014 (Em R\$ 1,00)

Ano (*)	Valor	Variação	Per capita
2001	1.789.999.989	----	10,38
2002	1.864.309.709	4,15	10,68
2003	1.891.503.487	1,46	10,69
2004	2.089.718.009	10,48	11,51
2005	2.332.608.665	11,62	12,66
2006	2.540.440.431	8,91	13,60
2007	2.969.872.455	16,90	16,14
2008	3.253.554.479	9,55	17,16
2009	3.380.496.255	3,90	17,65
2010	3.656.999.023	8,18	19,17
2011	4.446.118.568	21,58	23,11
2012	4.422.000.000	-0,54	22,80
2013	5.220.000.000	18,05	25,96
2014	5.287.000.000	1,28	26,30

Fonte: Valor - 2001 a 2013 - relatório de execução orçamentária e financeira da CAA/CGOF/SPO/MS, PLOA 2014. População Residente - Brasil - IBGE 2001 a 2013 - Estimativas para o TCU.

(*) Nota: Anos de 2001 a 2012 - Valores Executados, 2013- Dotação Atualizada, até 28/09/2013, 2014 – Valor Alocado no PLOA 2014

2.2.2. RECURSOS NECESSÁRIOS

Sugere-se o incremento de recursos para o ***Piso de Atenção Básica Fixo***, ampliando, assim, o repasse federal *per capita* para cerca de R\$ 30,00 habitante/ano.

Tal proposta justifica-se se considerarmos que a inflação acumulada de janeiro de 1998, quando da implantação do PAB Fixo, até outubro de 2013 conforme o **Índice de Preços ao Consumidor / IPC medido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica / FIPE para o setor saúde**, ficou em 171,11%. Se aplicado esse índice ao per capita inicial de R\$ 10,00 o resultado seria de R\$ 27,11. Como atualmente o Piso varia de R\$ 23,00 a R\$ 28,00 uma proposta de R\$ 30,00 possibilitaria um incremento a todos os municípios.

Ao utilizarmos a população IBGE 2013 (201.062.789 habitantes) necessitaríamos de R\$ 6.031.883.670,00 o que implica em um acréscimo de aproximadamente R\$744.883.670,00 ao PLOA 2014.

Tabela 15: Proposta CONASS para incremento de recursos para a ação ***Piso de Atenção Básica Fixo*** (8577) para 2014.

	PLOA 2014 (R\$ 22,50)	Proposta CONASS (R\$ 30,00 hab./ano)	Diferença proposta CONASS e PLOA 2014
Total	5.287.000.000	6.031.883.670	744.883.670

2.3. MEDICAMENTOS

2.3.1. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO COMPONENTE ESPECIALIZADO (MEDICAMENTOS DE DISPENSAÇÃO EM CARÁTER EXCEPCIONAL)

2.3.1.1. PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014 / MS

O Projeto de Lei Orçamentária do Governo Federal para 2014 prevê no Ministério da Saúde recursos para a **ação 4705 - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica** no valor de R\$ 4.900.000.000,00 significando um **acréscimo de R\$ 407.659.000,00** (9,07%) em relação à Lei Orçamentária Anual de 2013 e de **2,56%** se adicionado os créditos suplementares até 2 de novembro.

No entendimento do CONASS, **os valores constantes da proposta orçamentária do Ministério da Saúde para 2014 para os medicamentos do componente especializado são insuficientes**.

A Tabela 16 mostra os valores executados, a variação percentual e o *per capita* ano a ano.



Tabela 16: Execução/Alocação Orçamentária para medicamentos do componente especializado, variação e Per capita - 2001 a 2014 (Em R\$ 1,00)

Ano (*)	Valor	Variação	Per capita
2001	449.536.433,00	----	2,61
2002	458.282.545,00	1,95	2,62
2003	516.000.000,00	12,59	2,92
2004	825.630.367,00	60,01	4,55
2005	1.147.421.170,00	38,98	6,23
2006	1.387.299.994,00	20,91	7,43
2007	1.956.332.705,60	41,02	10,63
2008	2.298.944.351,00	17,51	12,12
2009	2.645.173.189,40	15,06	13,81
2010	3.252.399.814,30	22,96	17,05
2011	3.521.459.829,93	8,27	18,30
2012	4.082.149.970,00	15,92	21,04
2013	4.777.534.000,00	17,03	23,76
2014	4.900.000.000,00	2,56	24,37

Fonte: Valor - 2001 a 2013 - relatório de execução orçamentária e financeira da CAA/CGOF/SPO/MS, PLOA 2014. População Residente - Brasil - IBGE 2001 a 2013 - Estimativas para o TCU.

(*) Nota: Anos de 2001 a 2012 - Valores Executados, 2013- Dotação Atualizada, até 02/11/2013, 2014 – Valor Alocado no PLOA 2014

2.3.1.2 . RECURSOS NECESSÁRIOS

Considerando a proposta pactuada na CIT para o **Apoio para aquisição e distribuição de medicamentos do componente especializado** os gastos do Ministério no orçamento de 2014 devem ser de **R\$ 5.784.837.184,99**, o que representa uma necessidade de acréscimo de **R\$ 884.837.184,99**, ao PLOA 2014.

Para estimar o valor apontado como necessário foram utilizados os repasses APAC com projeção para 12 meses dos valores aprovados DATASUS setembro de 2012 a agosto de 2013, adicionado do montante aportado para compra centralizada pelo DAF/MS e de migração de alguns medicamentos. Acrescido ao resultado a variação anual média dos últimos 4 anos que foi de 20%, e também algumas incorporações previstas para 2014, como palivisumabe, por exemplo.

Tabela 17: Necessidade de incremento de dotação orçamentária 2014 para **Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (4705)**

	PLOA 2014	Proposta CONASS	Diferença proposta CONASS e PLOA 2014 *
Total	4.900.000.000	5.784.837.185	884.837.185

(*) Dependendo do impacto da compra centralizada pelo MS nos preços praticados, em função da escala, esses valores podem sofrer mudanças.

2.3.2. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

2.3.2.1. PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014 / MS

O Projeto de Lei Orçamentária do Governo Federal para 2014 prevê no Ministério da Saúde recursos para a **ação 20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde** no valor de R\$1.300.000.000,00 significando um **acréscimo de R\$ 80.850.000,00** (6,63%) em relação à Lei Orçamentária Anual de 2013, adicionado os créditos suplementares até 28 de setembro.

A Tabela 18 mostra os valores executados, a variação percentual e o *per capita* ano a ano.

Tabela 18: Execução/Alocação Orçamentária para Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde, variação e *Per capita* - 2001 a 2014 (Em R\$ 1,00)

Ano (*)	Valor	Variação	Per capita
2001	168.289.944	----	0,98
2002	165.588.691	-1,61	0,95
2003	176.643.969	6,68	1,00
2004	185.955.534	5,27	1,02
2005	226.924.344	22,03	1,23
2006	296.450.000	30,64	1,59
2007	316.910.000	6,90	1,72
2008	861.797.623	171,94	4,55
2009	859.248.473	-0,30	4,49
2010	1.030.000.000	19,87	5,40
2011	1.060.000.000	2,91	5,51
2012	1.077.448.725	1,65	5,55
2013	1.219.150.000	13,15	6,06
2014	1.300.000.000	6,63	6,47

Fonte: Valor - 2001 a 2013 - relatório de execução orçamentária e financeira da CAA/CGOF/SPO/MS, PLOA 2014. População Residente - Brasil - IBGE 2001 a 2013 -

(*) Nota: Anos de 2001 a 2012 - Valores Executados, 2013- Dotação Atualizada, até 28/09/2013, 2014 – Valor Alocado no PLOA 2014

No entendimento do CONASS, **os valores constantes da proposta orçamentária do Ministério da Saúde para 2014 para os medicamentos “Atenção Básica” são insuficientes.**

2.3.2.2 . RECURSOS NECESSÁRIOS

Considerando a proposta pactuada na CIT para a **Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde** os gastos do Ministério no orçamento de 2014 devem ser de **R\$ 1.506.696.133,00**, o que representa uma necessidade de acréscimo de R\$ 206.696.133,00 ao PLOA 2014.

Para estimar o valor apontado como necessário foram utilizados o per capita atual de R\$5,10, adicionado do montante aportado para compra centralizada de insumos pelo DAF/MS acrescido da variação média de 20%.

Tabela 19: Proposta para incremento de dotação orçamentária/2014 para Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde

	PLOA 2014	Proposta CONASS	Diferença proposta CONASS e PLOA 2014
Total	1.300.000.000	1.506.696.133	206.696.133

2.4. VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2.4.1. PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA / MS - 2014

Na Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2014 (PLOA 2014) enviada ao Congresso Nacional, foram alocados recursos no valor de R\$ 185.000.000,00 para a ação – 20AE – Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária. O incremento foi de 0,06% em relação à LOA 2013. Como esses recursos são repassados com base per capita, fundo a fundo, e utilizando-se a população brasileira de 2013 (201.831.076 habitantes) e considerando que o per capita está em aproximadamente R\$ 0,87, quando somados estados e municípios, conclui-se que existe margem para um pequeno incremento.

A Tabela 20 mostra os valores executados, a variação percentual e o *per capita* ano a ano.

Tabela 20: Execução/Alocação Orçamentária para Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária, variação e *Per capita* - 2001 a 2014 (Em R\$ 1,00)

Ano (*)	Valor	Variação	Per capita
2001	66.458.372	----	0,39
2002	75.101.372	13,01	0,43
2003	86.163.919	14,73	0,49
2004	82.837.059	-3,86	0,46
2005	71.175.995	-14,08	0,39
2006	131.999.997	85,46	0,71
2007	120.308.674	-8,86	0,65
2008	132.495.908	10,13	0,70
2009	147.757.493	11,52	0,77
2010	147.757.493	0,00	0,77
2011	161.394.988	9,23	0,84
2012	162.596.275	0,74	0,84
2013	184.891.431	13,71	0,92
2014	185.000.000	0,06	0,92

Fonte: Valor - 2001 a 2013 - relatório de execução orçamentária e financeira da CAA/CGOF/SPO/MS, PLOA 2014. População Residente - Brasil - IBGE 2001 a 2013 - Estimativas para o TCU.

(*) Nota: Anos de 2001 a 2012 - Valores Executados, 2013- Dotação Atualizada, até 28/09/2013, 2014 – Valor Alocado no PLOA 2014

2.4.2. RECURSOS NECESSÁRIOS

Sugere-se o incremento de recursos para a **Vigilância Sanitária**, ampliando, assim, o **repasse federal per capita para cerca de R\$ 1,8 habitante/ano**.

Tal proposta justifica-se se considerarmos que a inflação acumulada de janeiro de 2007, quando da mudança do financiamento da VISA, até outubro de 2013 conforme o **Índice de Preços ao Consumidor / IPC medido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica / Fipe para o setor saúde**, ficou em 53,50%. Se aplicado esse índice ao per capita inicial de R\$ 0,87 o resultado seria de R\$ 1,34. Como o valor *per capita* ficou inalterado desde 2007 uma proposta que possibilitasse a recomposição da inflação e também um incremento para fortalecer a descentralização das ações de VISA deveria elevar o *per capita* para no mínimo R\$ 1,80,

Ao utilizarmos a população IBGE 2013 (201.062.789 habitantes) necessitaríamos de R\$ 361.913.020,20 o que implica em um acréscimo de aproximadamente R\$160.850.231,20 ao PLOA 2014.

Tabela 21 - Proposta para incremento de dotação orçamentária/2014 para Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária

	PLOA 2014	Proposta CONASS	Diferença proposta CONASS e PLOA 2014
Total	185.000.000	361.913.020	176.913.020

CONCLUSÃO: Síntese da Proposta do CONASS

Com base nos estudos realizados pela Secretaria Executiva do CONASS, o montante destinado ao Ministério da Saúde no orçamento da União precisa ser complementado em pelo menos **R\$ 17.855.469.320,00**, conforme tabela abaixo.

Tabela 22 - Proposta do CONASS para incremento de recursos no PLOA 2014 do Ministério da Saúde. (Em R\$ 1,00)

Ações	PLOA 2014	Necessidade Total	Proposta de acréscimo
Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade (8585)	36.300.000.000	52.142.139.312	15.842.139.312
Piso de Atenção Básica Fixo - PAB FIXO (8577)	5.287.000.000	6.031.883.670	744.883.670
Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (4705)	4.900.000.000	5.784.837.185	884.837.185
Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde Atenção Básica em Saúde (20AE)	1.300.000.000	1.506.696.133	206.696.133
Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária (20AB)	185.000.000	361.913.020	176.913.020
Total	47.972.000.000	65.827.469.320	17.855.469.320

Anexo

Lista das ações que tiveram seu valor alocado no PLOA 2014 menor ou igual aos recursos já definidos na LOA 2013 acrescido dos créditos suplementares até 02/11/2013, por percentual de corte.

	Ação	Valor do Corte	%
8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	-1.242.523.574,00	96,88
8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	-2.832.304.985,00	83,05
12L4	Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	-388.360.000,00	81,84
10GG	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	-127.706.080,00	76,15
147V	Construção do Centro de Documentação e História da Saúde	-3.900.000,00	65,00
8933	Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial	-222.341.832,00	47,63
09LP	Participação da União no Capital Social - Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	-70.000.000,00	41,18
10GD	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	-123.370.000,00	36,10
3921	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	-9.460.000,00	26,68
8573	Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família	-40.436.280,00	25,20
8715	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	-5.128.641,00	24,05
10GE	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	-125.823.986,00	19,80
8753	Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS	-1.898.308,00	19,18
7690	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	-6.700.000,00	14,99
8305	Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	-6.265.000,00	14,81
7666	Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS	-28.955.808,00	11,54
20R4	Apoio à Implementação da Rede Cegonha	-26.400.000,00	11,07
20G8	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários	-60.000.000,00	10,71
20AL	Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	-198.000.000,00	10,43
8730	Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada	-26.433.000,00	9,92
6175	Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	-1.300.000,00	9,35
8721	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde	-14.150.000,00	8,62
6148	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde - Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais	-62.100.000,00	7,65
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	-97.290.893,00	6,97
20Q7	Manutenção do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	-500.000,00	5,88
7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Localidades, Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	-4.975.000,00	5,11

Anexo
cont.

	Ação	Valor do Corte	%
20YJ	Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	-24.132.000,00	5,11
20YE	Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	-96.000.000,00	4,40
20AG	Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	-1.000.000,00	2,35
20AG	Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	-1.000.000,00	2,35
4641	Publicidade de Utilidade Pública	-4.184.000,00	1,90
6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	-12.500.000,00	1,79
00G5	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	-77.798,00	1,77
8315	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	-1.555.000,00	1,64
20B0	Atenção Especializada em Saúde Mental	-1.319.720,00	1,37
0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	-68.100.254,00	0,94
2000	Administração da Unidade	-6.880.374,00	0,83
8719	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes, Tecidos, Células e Órgãos Humanos	-	-
20K7	Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde	-	-
20YQ	Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	-	-
8636	Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde	-	-
2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	-	-
4339	Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	-	-
6138	Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	-	-
20T6	Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana	-	-
20AM	Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	-	-
20Q4	Operação do Canal Saúde	-	-
8327	Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	-	-
6178	Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa	-	-
11PJ	Estruturação de Laboratórios de Pesquisas Biomédicas	-	-
20AF	Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	-	-
20K2	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental	-	-
6908	Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	-	-
8762	Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravos	-	-
20K0	Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para a Prevenção e Vigilância de Doenças Transmissíveis e na Resposta às Emergências	-	-
20AQ	Manutenção de Coleções Biológicas da Ciência e da Saúde no Brasil	-	-
3883	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das águas pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de doenças e agravos.	-	-